

Ex-vice pede demissão de Ventura e reúne tropas

Nuno Afonso diz que **avança para disputar a presidência do Chega** se o atual líder puser o lugar à disposição e se conseguir apoios

HÉLDER GOMES

Novo chumbo do Tribunal Constitucional (TC), novo Congresso no horizonte. Depois de ter visto os estatutos do partido chumbados, como o Expresso noticiou na semana passada, o presidente do Chega anunciou esta semana que o Conselho Nacional irá reunir-se a 10 de dezembro para definir "todas as regras" do Congresso, que "previsivelmente" acontecerá em janeiro do próximo ano. "O Chega, cumpridor da lei e da Constituição, fará o que tem de ser feito", sublinhou André Ventura, acrescentando, no entanto, tratar-se de "uma flagrante injustiça face à generalidade dos partidos", e em especial ao BE e ao PCP. E reconheceu que "estas decisões consecutivas do TC perturbam e têm um impacto significativo na vida do partido".

Nuno Afonso, ex-vice-presidente e ainda vogal da direção do Chega, considera que está na hora de reunir tropas e avançar para uma disputa da liderança. "Se há altura para fazer alguma coisa, é agora", diz ao Expresso. Mas para isso seria necessário que Ventura voltasse a colocar o seu cargo à disposição, apenas dois meses depois de ter sido reelegitimado no Conselho Nacional da Batalha, por 97,2% dos votos. Nuno Afonso, que também é vereador eleito pelo Chega na Câmara de Sintra e o principal rosto da oposição interna, não tem dúvidas de que Ventura devia demitir-se. Não

"Se há altura para fazer alguma coisa, é agora", sinaliza Nuno Afonso, o principal rosto da oposição interna

só por "todas estas trapalhadas jurídicas, que são da sua responsabilidade", mas também por "mentir deliberadamente aos militantes" para ter "carta branca para tomar decisões", justifica.

É por isso o militante nº 2 do Chega afirma taxativamente: "Se André Ventura se demitir e eu tiver apoios para avançar contra ele, avançarei". Neste momento, "a oposição interna terá de se juntar" e "as pessoas que saíram têm de voltar, se quiserem", sugere. Os dissidentes, que saíram pelo próprio pé ou foram afastados pelos órgãos do partido, "deviam voltar e começar agora a preparar listas" — não só para o Congresso, mas também para todos os órgãos do partido. Isto porque, defende o ex-vice-presidente, "todos os órgãos estão irregulares e deviam ir agora a eleições".

O acórdão do TC faz reparos à "significativa concentração

de poderes" no presidente do partido e aponta "problemas de transparência" e "restrição aos direitos fundamentais dos militantes". Além de chumbarem os estatutos, os juizes do Palácio Ratton deixam várias críticas, nomeadamente à figura da "insubordinação" como "infração punível". Para o TC, tal remete para um "contexto de hierarquia militar ou militarizada", que "manifestamente não se adequa ao contexto de milifância partidária".

A "significativa concentração de poderes" no presidente já vinha sendo apontada por vários opositores internos. "Não faz sentido um presidente decidir quem são os presidentes das distritais, os presidentes das concelhias... a própria direção é ele que escolhe", sublinha o vereador de Sintra. "Há uma concentração excessiva, sim", concorda. "Há ainda a questão de colocar al-

guém que está na direção do partido como secretário-geral e à frente de uma Comissão de Ética, que é um órgão jurisdicional", acrescenta, referindo-se a Rui Paulo Sousa, vogal da direção, deputado e vice-presidente da bancada parlamentar.

"Isto é profundamente ilegal e finalmente o TC toma uma decisão", atira. Além de chumbarem os estatutos, os juizes também não atenderam ao pedido de anotação do deputado Rui Paulo Sousa como secretário-geral. Isto porque "nos estatutos vigentes" — e não nos novos, que mereceram um

TC fez reparos à "concentração de poderes" no presidente e apontou "problemas de transparência"

arraso do TC — "não existe a figura" de secretário-geral. Um terceiro requerimento do Chega também ficou pelo caminho. O partido pedia para passar a ser notificado na morada da sua sede nacional, em Lisboa, mas este requerimento vinha assinado por Rui Paulo Sousa, "na qualidade de secretário-geral". Ora, uma vez que o signatário "não ostenta a qualidade que invoca e não tem poderes de representação do partido, o pedido aí feito é ineficaz", lê-se no acórdão.

Quanto ao seu futuro imediato, Nuno Afonso acredita que "o mais provável" é deixar de pertencer à direção. Relativamente ao cargo de vereação em Sintra, apesar de não lhe ter sido retirada a confiança política, o autarca também não sente "qualquer apoio do partido" e não rejeita vir a passar a independente.

hgomes@expresso.imprensa.pt



André Ventura foi reelegitimado há dois meses, no Conselho Nacional da Batalha, por 97,2% dos votos FOTO RUI DUARTE SILVA